

Diário do Legislativo de 09/01/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4 - ERRATA

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 8/1/2008, a seguinte comunicação:

Do Deputado Adalclever Lopes, notificando o falecimento do ex-Deputado José Castro Braga, ocorrido em 7/1/2008, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

122ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 19/12/2007

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, telespectadores da TV Assembleia, público que nos assiste das galerias, funcionários da Casa.

Há mais ou menos três meses, fui procurado pelo empresário Sérgio Dolabela, da cidade de Gouveia, setor de mineração de quartzito e outros tipos de pedras ornamentais, a fim de buscar solução para um problema até então vivido por sua empresa, situada naquela cidade. Ele me disse que, há mais ou menos dois anos, vem tentando superar as barreiras ambientais para minerar quartzito na cidade de Congonhas do Norte, mas as dificuldades são muitas. As primeiras delas por questões financeiras, por se tratar de uma pequena empresa que precisa fazer extração das pedras para a sua sobrevivência. O Ofício nº 292/2006, de 12/7/2006, em Diamantina, expedido pela Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Jequitinhonha, em Diamantina, diz que se constatou que o empreendimento Pedras & Natureza Indústria e Comércio Ltda. se encontrava dentro da APA Serra Talhada, unidade de conservação municipal, impedido, então, de ser minerado. A dificuldade, o empecilho, era que a área para ser minerada estava dentro de uma APA de conservação municipal, em Congonhas do Norte.

Recentemente o Município alterou a constituição da mesma APA, liberando a área para a extração de placas de quartzito e ampliando a mesma APA em outro sentido, protegendo extensa área de mata atlântica, que antes não fazia parte da APA Serra Talhada, em Congonhas do Norte. É de perceber a sensibilidade do Prefeito de Congonhas do Norte, de seus assessores e dos Vereadores que aprovaram uma lei com a nova demarcação, liberando, conscientemente uma área adequada para a extração de quartzito, gerando emprego e renda, além de desenvolvimento para o Município, e ainda ampliando a APA para dar proteção a uma área de mata atlântica que é - e deve ser, obrigatoriamente - protegida.

A região do Vale do Jequitinhonha está realmente precisando ser desenvolvida, e seu desenvolvimento é uma lógica clara da vontade do Governador, que, desde o início do seu primeiro mandato, criou uma secretaria especial para promover o desenvolvimento do Vale. Essa Secretaria e o Governador Aécio Neves muito têm feito para buscar o desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, do Norte de Minas e do Mucuri.

Não posso conceber que a Superintendente do Meio Ambiente, após fazer as exigências anteriores, chegando a deferir pedido de concessão da autorização ambiental de funcionamento - AAF - para a empresa Pedra & Natureza, Indústria e Comércio Ltda., vá dificultar o início dos trabalhos da mineração do quartzito pela mesma empresa. Pede-se que haja sensibilidade por parte da Sra. Eliana Piedade Alves Machado para que todos os empresários que aguardavam a nova lei municipal, até então único empecilho impeditivo já superado, tenham a autorização ambiental de funcionamento liberada.

Na minha visão de homem público, os órgãos estaduais devem ser parceiros dos empresários, e não criar mais dificuldades e atrasos na concessão das liberações das autorizações ambientais de funcionamento para essas empresas. Constatando-se que todos os empecilhos estão superados, a Superintendência de Meio Ambiente, criada para estar mais próxima da área de mineração e descentralizar o atendimento, a fim de que não venham de todas as regiões para Belo Horizonte, para a região central ou para a Superintendência central, deve facilitar. E isso não vem acontecendo, pois essas superintendências regionais do setor ambiental vêm, sim, dificultando o trabalho dos empresários que querem produzir e fazer o desenvolvimento das regiões e do nosso Estado. Para que o Governador criou o Decreto nº 44.309, de 2006, e justamente para simplificar, agilizar e descentralizar os procedimentos de autorização ambiental para os projetos de pequeno e médio portes, se, lá na Pasta, dirigentes e funcionários do mesmo governo e dos mesmos órgãos estatais estão criando terríveis dificuldades, e que o nosso sensível Governador desconhece, ou deve desconhecer?

Estão, pois, querendo exigir dessas empresas pequenas e médias um licenciamento tradicional. Esse método é para hidrelétricas, siderúrgicas e projetos de grande porte e de custo elevado, que levam vários anos para ser aprovados. Então, o que trago inicialmente nesta tarde é exatamente um exemplo que serve de referência para muitos e muitos que estão acontecendo em nosso Estado. Ainda ontem, o nosso Secretário de Meio Ambiente, numa reportagem, falou da preocupação da Secretaria e dos órgãos ambientais em fiscalizar para que não aconteçam desastres ecológicos e ambientais. Não somos contra isso, mas não entendemos por que existem pessoas que parecem ter alguma dificuldade de ver o progresso, o desenvolvimento, o atendimento do seu órgão em benefício dos pequenos e médios empresários, principalmente dos pequenos. Há uns meses atrás estive aqui cobrando agilidade - não privilégio nem favorecimento - nos processos ambientais de licenciamento, para a Vallourec Mannesmann poder dar início à sua empresa em Jeceaba - seu empreendimento de aços laminados -, e o setor de meio ambiente, a Secretaria de Meio Ambiente e o Copam tiveram sensibilidade, agilizaram e fizeram os licenciamentos devidos, dando condições para que a empresa desse continuidade ao seu projeto, para iniciar seu empreendimento.

Volto agora para pedir por uma empresa pequena - nem é de médio porte - que há dois anos está pelejando para minerar uma área perfeitamente minerável. Sabemos que há lugares onde não se deve e não será permitido minerar - estamos aqui para defender também esse posicionamento. Mas, em outros lugares, como esse, pode-se perfeitamente, e a Superintendência, por picuinhas, dificuldades e falta de sensibilidade, está a dificultar para os empresários. Continuaremos fiscalizando e acompanhando para verificar se está havendo discriminação e sentimento de prejudicar os três pequenos empresários que querem minerar naquela área, que já foi liberada da APA pelo Município e não mais a ela pertence. Era problema municipal, e, num dos requerimentos da Superintendência, foi dito que o empecilho era a APA municipal, hoje liberada pela Câmara e pelo Prefeito. E continua a Superintendente Eliana Piedade a dificultar e a querer iniciar outro processo, uma vez que foi liberada a área da APA municipal que ela solicitou.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Conheço bem o problema que V. Exa. relata, e a impressão que temos, caríssimo Doutor Viana, é que Minas Gerais está proibida de crescer. A qualquer projeto empreendedor e produtivo, normalmente, outros Estados oferecem muitas vantagens, para gerar emprego, renda e desenvolvimento regional, e, em Minas Gerais, parece haver a determinação de se proibir o crescimento do Estado.

Recentemente, participei de um debate nesta Casa sobre licenças ambientais, e uma das Diretoras da Amda nos relatava que tinha um projeto em mãos, de um empreendimento no valor de US\$17.000.000,00.

O empresário já estava tentando liberar as licenças há um ano. Depois de muito sacrifício, de provar e de fazer todo o possível, mostrando que estava dentro das determinações legais, detendo o protocolo técnico liberando a área, ela disse em bom som, no Teatro desta Casa, que teria de se retirar, pois estava procurando uma forma de não liberar aquele empreendimento, mesmo com todas as liberações técnicas protocoladas. Esse pessoal não está entendendo o que está acontecendo. Parece que não há desemprego em Minas, e o nosso Estado não tem distorções sociais.

V. Exa. está de parabéns. Conte com o meu total e irrestrito apoio. Temos de marcar uma posição contra esse pensamento retrógrado, atrasado, de pessoas que não querem ver o Estado se desenvolver. Aliás, Deputado Doutor Viana, entra e sai governo, são pessoas que estão sempre ocupando os mesmos cargos. Ouvi até um colega brincar dizendo que são como batom: não saem das boquinhas. Eles estão sempre nas boquinhas, ocupando os mesmos cargos. Não importa se o governo é de direita, de esquerda ou de centro. Eles armaram barraca e não saem do setor ambiental de Minas Gerais.

Portanto, esta Casa e o Estado têm de reagir. Não podemos deixar esses xiitas, esses "burrocratas", pessoas sem sensibilidade e vocação para o desenvolvimento, comandarem o Estado. Parabéns.

O Deputado Doutor Viana - Antes de terminar o meu pronunciamento, gostaria de citar o exemplo da Bahia. Se o empresário quiser minerar hoje na Bahia, será orientado pela Secretaria Ambiental, que lhe perguntará: o que deseja minerar? Ouro, quartzito, diamante? Há diamante, mas ali não pode. Há diamante acolá, e acolá pode. Isso facilita as coisas. Em Minas Gerais, não é o Secretário nem toda a Secretaria, mas pessoas que estão lá na ponta dificultando as coisas, principalmente para os pequenos. Não podemos aceitar essa imbecilidade.

Fica aí o pedido para que o Secretário de Meio Ambiente, a Secretaria, analise isso. Não queremos perseguir funcionários do Estado, mas sim que sejam produtivos para os que desejam trabalhar e não prejudiquem nem discriminem os empresários que querem investir corretamente.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, público presente nas galerias e telespectadores da TV Assembléia, estou nesta tribuna para cobrar, a fim de que a nossa proposta de emenda à Constituição que extingue o Tribunal de Justiça Militar seja incluída na pauta. Como registrei no Plenário, a Proposta de Emenda à Constituição nº 37 obteve unanimidade na Comissão Especial. Na semana passada, por 5 votos a 0, a Comissão aprovou a extinção do Tribunal de Justiça Militar, a partir do excepcional relatório do Deputado Adalcleber Lopes, Líder do PMDB nesta Casa.

Entendemos que não se pode protelar essa questão. Continuaremos cobrando, porque essa PEC não é uma mera questão legislativa, mas se tornou um projeto de vida.

Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, não posso me calar diante dos absurdos que acontecem naquele Tribunal. Oficiais condenados por peculato, por crime contra os costumes, por tortura, por assassinato, por tráfico de drogas são, Deputado Dalmo, sistematicamente absolvidos. Mesmos com penas de 3 anos e 6 meses, de 6 anos, de 7 anos, de 9 anos e 2 meses, de 12 anos, na Justiça comum, por crimes comuns, são reintegrados à corporação.

Deputado Dalmo, o que mais nos agride nisso é que qualquer servidor efetivo condenado, com pena transitada em julgado superior a dois anos, é sistematicamente exonerado. Uma Desembargadora, inclusive, noutro dia me disse sobre um servidor de Sete Lagoas que, por uma falta banal, com 29 anos de serviço, será colocado na rua agora, pois sua condenação teria ultrapassado esse limite.

Há o caso de um parlamentar, Vereador do PMDB em Contagem, de nome Rodinei, que, em função de uma possível carteira de habilitação falsificada, num processo que correu à revelia, perdeu o seu mandato, tendo sido cassado por decisão transitada em julgado.

Delegado de Polícia, policial civil e Agente de Polícia, com pena superior a dois anos, são sistematicamente exonerados. Pela Lei de Tortura, de abril de 1997, por condenação a qualquer tempo, o policial é exonerado. Tivemos casos de policiais femininas condenadas pela Lei de Tortura; uma a oito, e outra a nove meses, em Igarapé. As duas foram exoneradas.

Há dois pesos e duas medidas? Com os praças, esse Tribunal não age do mesmo jeito. Então o tribunal de injustiça militar, com seus Coronéis, é uma afronta à comemoração aos 59 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Apesar da sensibilidade da Constituição cidadã, que afirma, no inciso III do art. 1º, a dignidade humana como um princípio basilar do Estado Democrático de Direito no Brasil, no tribunal de injustiça militar isso é totalmente desprezado. O tribunal de injustiça militar é uma afronta à luta desta Casa pela defesa dos direitos humanos e pela dignidade de todos.

Gostaria de dizer algo que nos deixa estarelecidos. Recentemente aconteceu um concurso para diversos cargos naquele Tribunal, mas este não nomeia os concursados. As vagas são preenchidas por militares, amigos, esposas e parentes de oficiais ou Juizes. Ao todo, são 11 militares com grau de parentesco com oficiais e Juizes.

Tenho aqui os nomes, mas não citarei os de alguns. Por exemplo: uma Subtenente, esposa do atual Chefe do Estado-Maior; outra Subtenente, esposa de Coronel; uma Sargento, esposa de oficial; outra Sargento, esposa de oficial; uma Cabo, esposa de oficial. Tenho o nome de todos eles aqui. Outra Cabo, esposa de oficial; um Cabo, cunhado de Cabo e irmão de oficial; outro Cabo, irmão de Coronel. Interessante, há o Sargento Paulo, que é genro de Juiz. Será que genro não é parente? Temos o Cap. Brasil, que é sobrinho do atual Presidente.

A norma do nepotismo valeu para a Justiça de primeira instância, para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, para o Ministério Público, para a Justiça Federal. O nepotismo é a realidade naquela Casa, e os concursados não são chamados, concursados são preteridos naquele Tribunal.

Agora vem a grande questão. O efetivo atual do Tribunal de Justiça Militar é composto por 2/3 de militares, ativos e aposentados, e 1/3 de civis, de recrutamento amplo e efetivo, transformando o Tribunal num quartel disfarçado, que perde totalmente a característica de órgão do Judiciário. Tudo lá pende para os próprios oficiais. A Casa é deles, a justiça é deles, ao modo deles. Oficial não depõe contra oficial, lobo não come lobo.

O Decreto nº 41.478, prestem atenção, Srs. Deputados, dispõe que apenas 18 militares poderiam estar cedidos ao Tribunal - 3 oficiais e 15 praças. Porém, o efetivo atual é bem maior, com mais de 40 oficiais e praças da ativa em desvio de função. Lugar de PM é nas ruas, defendendo a sociedade, e não transformando um tribunal de injustiça num quartel.

Por que há tanto militares lá? Explico: os militares da ativa trabalham menos que seus colegas da administração militar, trabalham apenas por 6 horas. Por isso é que há tantos protegidos lá. Além disso, percebem salário integral da Polícia Militar, Gratificação de Atividade Judiciária, auxílio-creche num valor de R\$135,00 e vale-lanche de R\$308,00, apesar de já receberem auxílio-alimentação da Polícia Militar, que possui também creche para atender aos filhos de militares.

Mas, Srs. Deputados, não pára por aí. A Resolução nº 31/2000, que trata da Gratificação de Atividade Judiciária, estranhamente não foi publicada no "Minas Gerais". Como eles têm uma resolução não publicada no "Minas Gerais"? Está aqui a Resolução nº 31/2000, que não foi publicada.

Os inativos da Polícia Militar recebem duas remunerações: a de PM e a de Assistente Judiciário, de recrutamento amplo, PJ-28, em flagrante afronta ao inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, que veda a acumulação de remuneração nos quadros públicos. Entretanto, há essa pérola nessa resolução, não publicada no "Minas Gerais".

Além do auxílio-creche, mesmo a PM possuindo creche, do auxílio-alimentação, mesmo a PM recebendo em duplicidade esse valor, vejam a gratificação que esse pessoal recebe. Lá, um Coronel em serviço, que em 2000 recebia a gratificação de R\$640,00, agora recebe uma gratificação de R\$1.167,00. Além do auxílio-creche, da gratificação do vale-alimentação, que recebe de duas fontes, recebe ainda R\$1.167,00. Um Tenente-Coronel recebe R\$1.041,50, e por aí vai, até chegar ao Cabo, que recebe R\$398,00, e ao Soldado, que recebe R\$375,74.

Há uma casta de privilegiados. Poderiam ser 18, mas são mais de 40. Quanto aos parentes, há parentes de parentes do parente. Lá o nepotismo não caiu. Caiu em todos os tribunais do Brasil, por ordem do Conselho Nacional de Justiça. Farei uma representação, no Conselho Nacional de Justiça, sobre todas essas irregularidades. Pedirei que se faça essa apuração no Conselho Nacional de Justiça.

O mais grave, senhores, é que essas gratificações da Resolução nº 31/2000 foram corrigidas sem uma nova resolução, mesmo que a primeira não tivesse sido publicada. Alguém tem de dizer aqui as verdades sobre esse Tribunal.

Só para os senhores terem uma idéia, no Tribunal temos um Juiz que, quando entrou lá, nem o curso de Direito fazia, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Há Juiz no Tribunal de Justiça Militar com cargo pomposo. Poderíamos fazer a correlação com um Desembargador que ainda está cursando Direito, mas que será Presidente do Tribunal sem terminar o curso. Isso é realmente uma vergonha.

E os carros? Para se ter uma idéia, fizeram uma licitação para a compra de um novo carro, lembrando que a frota atual é de 14 veículos: 7 para Juizes, 1 para cada Juiz, 2 administrativos, o restante para reserva e 1 moto. E a licitação para a compra de móveis? Para os senhores terem uma idéia, na reforma da futura sede do Tribunal, na Av. Prudente de Moraes, nº 1.671, já gastaram R\$230.000,00. Há uma previsão de serem gastos R\$5.000.000,00. No caso, veremos a suplementação orçamentária que estamos aprovando aqui. São R\$5.000.000,00 para a reforma. Há denúncia de que a estrutura do prédio é duvidosa, pois há constantes inundações relacionadas à presença de uma mina de água debaixo do prédio. Há inclusive a Lei nº 17.139, de 2007, que trata dessa questão.

Companheiros, companheiras e Sr. Presidente, para o bom andamento do projeto nesta Casa é necessário que seja colocado em pauta o fim do tribunal de injustiça militar, excrescência da ditadura militar. O Senador Tasso Jereissati apresentou a Emenda à Constituição nº 21, no Senado Federal, para acabar com essa Justiça. Há um acordo com a bancada de governo para que esse projeto seja votado em março.

Não deveríamos esperar que o Senado Federal e o Congresso Nacional acabassem com o Tribunal. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, nós, parlamentares, deveríamos fazer isso agora. Nós mesmos teríamos de acabar com isso. Não vou parar aqui. No momento da discussão da suplementação orçamentária, voltarei com dados novos, porque isso aqui é uma novela de horror, de desperdício e de imoralidade. Tenho dados suficientes para colocar a nu a injustiça que é aquele Tribunal absolver quem mata, quem faz tráfico de droga, quem comete crime contra o costume, quem comete peculato, absolver todo o mundo.

Insisto aqui na comparação feita em outro dia. Se em Roma, Deputado Dalmo, o ano santo, com a indulgência plenária, é de 25 em 25 anos, no Tribunal de Justiça Militar, para oficial que comete crime, a indulgência plenária é anual, é mensal, é diária, enfim, é toda hora. Ressalvamos o posicionamento do Ministério Público, do Dr. Epaminondas Fulgêncio, e o posicionamento louvável do Juiz oriundo do Ministério Público, Fernando Galvão. Quanto ao resto, minha gente, é corporativismo, é cumplicidade, é desserviço à causa da democracia, infelizmente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, apraz-me fazer um pronunciamento neste momento em que estamos encerrando o exercício legislativo. Quero comentar, "en passant", a coragem do Deputado Durval Ângelo. Corre-se apenas um risco ao fechar o Tribunal de Justiça Militar: aqui em Minas, quando se fecha um tribunal, os Juizes, em vez de serem demitidos ou absorvidos, tornam-se Desembargadores. Esse é o risco que podemos correr se não houver uma legislação específica a respeito desse assunto, não é Durval?

Hoje, devemos apreciar matérias importantes aqui: mais recursos para o Tribunal de Justiça Militar, mais recursos para o Tribunal de Justiça, mais recursos para o Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Realmente, é um presente de Natal bastante importante.

Nesta reta final, gostaria de fazer uma avaliação da ação política que desenvolvemos ao longo de 2007 em todo o Brasil, na Câmara Federal, no Senado da República, onde os defensores das minorias prevaleceram sobre os possíveis defensores das majorias. Preocupa-me muito o fato de defendermos demais os bandidos que estão nas cadeias e não defender as pessoas que estão presas em casa, em seus edifícios cercados com sistemas eletrônicos, sem poder sair às ruas, porque a bandidagem está muito grande. Preocupa-me ainda o exagero que temos para defender crianças, jovens, especificamente de cada minoria. Vejo muitos poucos falarem sobre as majorias. Quando as defenderemos? Será que estamos enfocando corretamente a ação política? Será que estamos trabalhando do modo mais desejável? Será que esta Assembléia, o Congresso Nacional começarão a se preocupar com a maioria quando ela for minoria?

De fato, não estou entendendo esse raciocínio. É muito mais simples e singelo defender uma minoria qualquer, seja o deficiente físico, o cego, o motorista de táxi, o perueiro, que têm dificuldades. É importante que sejam defendidos, sim. Mas estou preocupado porque não aparece ninguém para defender as majorias, as pessoas comuns de cada cidade de Minas Gerais e do Brasil, que trabalham, produzem e têm filhos que vão à escola. Há uma preocupação excessiva em defender bandido que está na cadeia. Fico imaginando: será que é isso mesmo? A tônica está correta? O tempo que gastamos para defender bandido e gente sem-vergonha é o ideal? Não devemos reservar um tempo maior para defender as pessoas normais que querem viver em sociedade, que se comportam bem, como os homens de bem, as mulheres de bem, os jovens equilibrados, aqueles que em momento algum cometeram deslize em sua vida? Minha preocupação é muito profunda.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado Getúlio Neiva, antes de mais nada, gostaria de fazer um sincero elogio à sua postura neste Plenário, ao longo deste primeiro ano de exercício do mandato, sempre suscitando temas importantes para o debate e sempre preocupado para que esta Casa seja realmente uma Casa de debates.

Concordo com V. Exa, porém, o nosso eixo tem de ser a defesa da sociedade como um todo. Na sociedade, definir o que é bandido e o que é cidadão de bem não é uma tarefa muito fácil, já que a barreira entre essas duas realidades é um pouco tênue. Identificar aquele que está encarcerado como bandido é muito fácil; é muito fácil usarmos esse tipo de expressão para nos referirmos aos presos.

No estabelecimento penal, vamos encontrar os famosos três pês: pobre, preto e prostituta. Só para o senhor ter uma idéia, no censo penitenciário passado, mais de 90% dos que estavam encarcerados não tinham condições de pagar pelos serviços de um advogado. Então eles não eram ricos, porque pagar um advogado de porta de cadeia é fácil, já que existem advogados de todos os preços.

Um outro dado que nos chamou a atenção é que 60% desses presos eram analfabetos ou semi-analfabetos, e o número de negros era superior ao registrado no censo do IBGE. Será que só eles cometeram infração? V. Exa., como um bom advogado, sabe que, com um advogado bom e eficiente, não se vai para a cadeia neste país. Pode-se sonegar e até cometer assassinato que não se vai para a cadeia. O caso do Mesquita é um exemplo disso. Ele é jornalista e matou uma jornalista em São Paulo e está para ser preso faz oito anos. Há também o caso dos dois médicos de Bicas que mataram uma família inteira, há 10 anos, e até hoje não foram presos, apesar de já terem sido julgados. Da mesma maneira, um Delegado-Geral da Polícia Civil, que já foi Secretário de Segurança Pública em Minas Gerais e é casado com uma ex-Deputada desta Casa. Ele está com mandado de prisão, com trânsito em julgado, Deputado João Leite, há três meses, e não é preso. Ele perdeu no Supremo, mas não foi preso.

Concordo com V. Exa. sobre o que disse a respeito da defesa da sociedade, mas temos de alargar um pouquinho mais o conceito de bandido, porque existem muitas pessoas que se passam por cidadão de bem e que cometem as piores atrocidades. Muitas vezes, na Apaca, vemos que, quando se melhoram as condições carcerárias, as pessoas se recuperam e vêm viver na sociedade, conviver em grupo, com um aproveitamento muito grande.

V. Exa. foi perseguido pelo regime de exceção e foi preso, mas, mesmo sendo preso, não era bandido. Fora da prisão, havia muita gente que o defendia e que exigia o seu direito. Isso porque, no conceito dos militares, V. Exa. era visto como bandido. Temos de pensar que esse conceito de bandido permite muitas interpretações, dependendo de quem está no poder e de quem tem hegemonia de classe na sociedade. Mas concordo com V. Exa., a linha tem de ser a defesa da sociedade.

O Deputado Getúlio Neiva - Deputado Durval Ângelo, o que quero saber é onde estão os meus direitos humanos e também o da maioria da população. Não estamos defendendo a maioria da população.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Não existem direitos humanos de um ou de outro, Deputado. Os direitos humanos são universais.

O Deputado Getúlio Neiva - Sobre essa questão dos presos, em 2004, quando deixava a Prefeitura, o Governador me telefonou para me cumprimentar e perguntar qual obra eu queria, e eu lhe respondi que queria um presídio, já que estava terminando de construir um, que, em breve, seria inaugurado. Também tenho essa sensibilidade para com as minorias.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - É importante ter presídio.

O Deputado Getúlio Neiva - Não fui advogado de porta de cadeia porque vi muito advogado sendo sócio do bandido e do ladrão. Tenho uma percepção perfeita.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - E existem muitos advogados que são ladrões e bandidos.

O Deputado Getúlio Neiva - Com meu pronunciamento, não quero ferir V. Exa., que defende os direitos humanos, que também defendo; não quero ferir a quem defende o menor, que também defendo; não quero ferir a quem defende a criança, que também defendo. O que não posso é aceitar o exagero do pronunciamento do Doutor Viana, que fala claramente que o homem não faz parte do meio ambiente. Os ambientalistas xiitas entendem que meio ambiente é só bicho e mato, e, como homem não é bicho nem mato, não fazemos parte do meio ambiente. O homem que pesca um peixe maior ou que corta uma árvore é condenado, às vezes, de forma inafiançável.

Estou me perguntando o que estamos fazendo que não ampliamos a defesa da maioria dos cidadãos corretos, que vão a sua igreja, ao seu

templo, que trabalham diuturnamente e formam bem os seus filhos, mas que hoje precisam viver em edifícios cercados e em residências eletrificadas porque a rua agora é território dos bandidos protegidos pelos direitos humanos. Uma preocupação minha é que as maiorias estão sendo deixadas de lado. A maioria da população não está tendo a nossa defesa; as pessoas corretas, que vivem uma vida normal, não estão tendo a nossa defesa. Claro que é preciso haver a defesa das minorias, pois apóio o direito de cada Deputado defender uma minoria, mas é preciso pensar também nas maiorias.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Companheiro de Bancada e brilhante orador e parlamentar, não quero tomar muito do seu tempo neste aparte, mas o faço apenas para concordar com V. Exa. nesse discurso maduro, consciente e consistente. Estamos vivendo uma completa inversão de valores. V. Exa. fala e faz a comparação daquilo que é aplicado ao homem quando, por algum motivo, mata um animal ou fere a natureza, exceto a humana, e recebe um tratamento que chega às raias da completa insensatez. Se mata um animal, nem direito a fiança o cidadão tem. Se mata um ser humano, tem todas as regalias e prerrogativas da lei para responder por esse crime. Trata-se de uma completa inversão de valores. Outra vez, quero deixar registrado que vivemos uma situação clara em que o rabo continua abanando o cachorro, tamanha a inversão. Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento.

O Deputado Getúlio Neiva - O aparte de V. Exa. enobrece meu discurso. Lembrei-me, em outro pronunciamento, da primeira entrevista que concedi, e, de lá para cá, a repórter nunca mais me entrevistou. Ela perguntou-me que tipo de projeto de lei priorizaria em meu trabalho legislativo, e lhe respondi que me preocuparia com as centenas de projetos já em andamento, talvez até milhares, e em aprimorar a legislação, porque, onde há excesso de lei, há falta de direito e justiça. Minha preocupação era essa. Não me importa andar na contramão da tônica normal das pessoas, que acham mais importante defender interesses específicos de um grupo específico de pessoas.

Nesta reta final do ano e na minha vida pública, preocupo-me muito mais ao ver como está sendo tratada a maioria das pessoas. Pessoas essas que são comuns, trabalham, lutam, almejam um futuro e conseguem educar seus filhos com todas as dificuldades. Onde está a proteção para a maioria? Quem defende a maioria dos cidadãos? Estamos exacerbando a defesa das minorias. É preciso defender as minorias, sim, mas, sobretudo, faz-se necessária a defesa também da maioria.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vejam no caso específico das nossas Minas Gerais. Defender as maiorias significa verificar que 65% da população mineira vive em situação de muita dificuldade, com baixíssimo ou sem nenhum salário. Desses 65%, 80%, a maioria absoluta, vive acima do Paralelo 18 nas regiões Norte, Nordeste ou Sudeste de Minas Gerais.

É em nome dessas pessoas, da grande maioria dos pobres desassistidos, que exerço o meu mandato e me pronuncio nesta data pedindo aos nobres companheiros que, em 2008, cuidemos um pouquinho das maiorias sem deixar de cuidar também das minorias. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Saúdo o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa; os componentes da Mesa; todos os Deputados, nossos companheiros; a imprensa; o povo de Minas Gerais e da nossa região do Vale do Rio Doce.

Nesses dias em que estamos finalizando este ano legislativo, parlamentar, quero também aproveitar esses minutos para fazer um balanço final, uma avaliação das políticas econômicas, sociais e culturais do governo do nosso Presidente Lula em 2007.

Deputados Almir Paraca e Carlin Moura, sabemos que ainda há uma insistência de setores minoritários das elites brasileiras e de parte da grande mídia em sempre apresentar uma visão negativa dos importantes avanços obtidos pelo governo Lula para o País, especialmente para o povo brasileiro.

Podemos afirmar, baseados em dados objetivos, que a economia brasileira saiu da recente crise financeira internacional e começou a consolidar seus padrões de crescimento sustentável com aumento das reservas internacionais, com recorde de atração de investimentos produtivos internacionais paralelamente à saída de capitais especulativos, com uma crescente taxa de investimento global na economia, com um recorde nas bolsas e confiança dos setores produtivos.

Mas o que queremos mostrar aqui rapidamente é que o segundo mandato do Presidente Lula tem uma dinâmica em seu conjunto que potencializa a superação de barreiras historicamente estruturais, dívidas sociais que sempre impediram a inclusão de milhões de brasileiros que vivem ainda, em muitos casos, em situação de miséria crônica.

Um Brasil, pela primeira vez na história, sem uma grande massa de mais pobres, pode ser a melhor herança que o governo Lula pode deixar neste segundo mandato.

Existe hoje uma consciência pública de que já estamos imersos em uma nova dinâmica de inclusão social. Isso veio à luz com as recentes informações trazidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Pnad - para o ano de 2006.

A diminuição da pobreza no Brasil, nos últimos cinco anos, equívale à diminuição da pobreza na América Latina em 15 anos. Segundo estudo do Ipea, tal resultado se deve, em 48%, à redução da desigualdade e, em 52%, ao crescimento econômico, mas, mais que saldar esse novo e promissor fenômeno, é preciso entender as bases que o estruturam, qual sejam: ampliação da base social da reprodução dos direitos do trabalho, efetivação dos direitos constitucionalmente garantidos antes, mas não realizados, e criação de novos direitos sociais.

Os dados da Pnad de 2006 dão conta de que, no primeiro mandato do Presidente Lula, foram criados 8,7 milhões de vagas de trabalho. Apenas neste ano serão mais de 1,6 milhão de vagas com carteira assinada, chegando a mais de 2 milhões de empregos neste país. Essa criação maciça de postos com carteira tem implicação direta na diminuição do déficit da Previdência. Com a redução da alíquota de 20% para 11%, em seis meses, 800 mil trabalhadores aderiram a um novo plano de inclusão previdenciária, sendo 500 mil novos segurados. Isso é fundamental: dos 19 milhões de brasileiros com mais de 60 anos, 76,6% recebem benefícios ou aposentadoria da Previdência.

No atual ciclo econômico, o desemprego tende a cair fortemente. Menos desemprego significa maior capacidade dos trabalhadores de lutar por melhores salários. De acordo com o Dieese, no primeiro semestre de 2007, 87,5% dos contratos coletivos conseguiram ganhos superiores à inflação, tendo como resultado a elevação da renda média do trabalho.

O salário mínimo vem tendo uma forte recuperação de seu poder de compra, garantida a sua continuidade com a aprovação do mecanismo anual de reajuste continuado acima da inflação.

Inflação controlada, forte aumento do emprego, da renda, do salário mínimo, do microcrédito e do crédito popular, ampliação em cinco vezes do crédito à agricultura familiar, incentivos à economia solidária e ao cooperativismo, essas são, no nosso entendimento, as bases que fundamentam a forte redução da pobreza, comprovada pelos números da Pnad 2006.

Em relação à segunda avaliação, a efetivação de direitos constitucionais antes não efetivados é reconhecida, em razão de todos os grandes avanços obtidos a partir da Constituição de 1988, na garantia e universalização dos direitos sociais. Mas, nos anos que se seguiram, a garantia não foi efetivada.

A implementação progressiva desses direitos sociais inseridos na Constituição é outra marca importante do governo Lula.

Chamam atenção, Deputado Carlin Moura, quanto aos avanços sociais, as importantes conquistas obtidas especialmente na educação. A década de 90 foi marcada pelo fechamento dos cursos profissionalizantes e pelo arrocho no orçamento das universidades públicas federais, transformando-se em mais um mecanismo de exclusão social.

A expansão em massa do acesso à educação, que vem sendo promovida pelo governo Lula, funciona como uma alavanca de promoção social, de qualificação para o trabalho, de crescimento da consciência democrática e da criação e recriação cultural. Em 2004 e 2005, o ProUni garantiu bolsas para 250 mil alunos pobres e, em 2007, mais 160 mil bolsas estão sendo oferecidas. Mantido este ritmo, a era Lula irá propiciar o acesso à universidade a cerca de 900 mil estudantes trabalhadores que não teriam como arcar com as anuidades nas universidades privadas.

Já nas universidades públicas federais, houve um crescimento de 25% das vagas com a contratação de 9.200 professores e 15 mil servidores, refletidos nos números da Pnad, que registrou crescimento de 13% de 2005 para 2006 no número de estudantes em faculdades no País. A partir de 2008, está programado um crescimento de 150% no investimento do governo federal no ensino superior, com uma meta de dobrar as atuais 120 mil vagas para 240 mil em 2011.

Tão importante quanto a ampliação do ensino superior tem sido a vigorosa ampliação dos investimentos no ensino técnico profissionalizante. Das 160 mil vagas atuais, passaremos para 274 mil nos próximos anos, isto é, crescimento de 71% na oferta de vagas, superando a concepção elitista do governo FHC, em que a ordem era o fechamento das escolas técnicas profissionalizantes. Quero registrar a construção dos 12 Cefets em Minas Gerais. Além de Governador Valadares e Paracatu, 12 cidades receberão um ensino profissionalizante de qualidade do governo federal.

Quero registrar aqui que, além da área da educação, também a da saúde apresentará avanços. O orçamento federal para a saúde era de R\$28.300.000.000,00 em 2002 e atingiu R\$49.700.000.000,00 em 2007, um crescimento de 75%, Deputado Weliton Prado. Isso significa uma maior cobertura da saúde bucal, a ampliação do Programa Saúde da Família, um melhor atendimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu. Esses são impactos advindos de um remanejamento de recursos e da permanência dos recursos da saúde para os próximos anos.

Também quero refletir, para encerrar essa primeira parte de nossa avaliação, sobre a criação de novos direitos. O direito a uma renda mínima, o direito à alimentação, que foi negado historicamente pelos governos que antecederam o do Presidente Lula, são certamente para toda a família brasileira a principal conquista social dessa administração. O Bolsa-Família, Deputado Almir Paraca, atende a 40 milhões de beneficiários, que hoje podem afirmar que a fome já não faz parte de suas vidas.

A política de transferência de renda - o programa Bolsa-Família - não pode ser vista isoladamente, mas como parte de uma grande rede de proteção social aos mais pobres, que vai se consolidando com a implantação do Sistema Único de Assistência Social.

Podemos citar, como avanços, a integração das políticas sociais, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Programa de Atenção Integral às Famílias, que se materializa nos Centros de Referência da Assistência Social - Cras. São 3.300 unidades implantadas no Brasil e quase 400 em Minas Gerais.

Esses Centros de Referência acolhem as famílias e tornam-se espaços de alfabetização, de inclusão digital e produtiva, de formação de empreendedores, de estímulo ao cooperativismo, enfim, de projetos e programas de geração de trabalho e renda, que possibilitam o protagonismo e a auto-suficiência, contribuindo para que as pessoas assumam o destino da própria vida.

Outra política social fundamental do governo Lula é a universalização do acesso à energia elétrica. É outro importante direito ampliado a partir do Programa Luz para Todos, que vem incluindo milhões de brasileiros que ainda viviam sem este benefício mínimo da civilização brasileira. Discutimos muito sobre a energia e a redução da tarifa também para milhões de mineiros.

Quero aqui retratar a ampliação das oportunidades de acesso à habitação e ao saneamento básico, com a implantação do PAC em todo o País e, especialmente, em Minas Gerais.

Como promotor principal, o Ministério de Desenvolvimento Agrário lançou recentemente o Programa Território da Cidadania, identificando as 120 zonas mais pobres do País, que somam hoje 1.848 Municípios. O programa deve promover melhorias sociais a 1.800.000 pequenos agricultores, 500 mil assentados, 507 comunidades quilombolas e 350 territórios indígenas, promovendo a inclusão social dos historicamente excluídos neste país.

Concluindo, Sr. Presidente, o Brasil continua sendo um dos países com maiores desigualdades do mundo, mas já é possível vislumbrar a linha histórica do horizonte em que não haverá mais desterrados na sua própria terra. Com uma taxa de crescimento da economia de 5%, é possível prever uma queda anual de 3% nos índices de pobreza, como ocorreu nos anos de 2004 a 2006. Isso significa um Brasil de mais cidadania, um Brasil de mais inclusão social.

Quero dedicar esta fala final também ao Presidente Lula, à sua história de vida, ao seu compromisso social, para que deixe uma marca na história, que deve ser mesmo o combate à fome e a erradicação da miséria e da pobreza neste país, garantindo aos mais pobres, efetivamente, uma renda digna, um salário digno e os direitos sociais básicos a que toda população brasileira tem direito.

Quero registrar a nossa participação nesse balanço do Presidente Lula, com a perspectiva de que, nos próximos três anos, ainda serão ampliados novos direitos e novas oportunidades para o povo brasileiro. Parabéns, Presidente Lula, pelo trabalho que tem feito no Brasil, dando continuidade a muitas políticas, mas também fazendo avançar a democracia, a participação popular e a cidadania para o povo brasileiro. Muito obrigada.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, companheiros e companheiras que nos visitam, povo de Minas Gerais, neste pouco tempo que me resta gostaria de tecer dois comentários acerca de dois assuntos fundamentais. O primeiro deles é em relação ao episódio acontecido no Senado, quando os Senadores acharam por bem não votar a prorrogação da CPMF. Em razão do tempo, não entrarei no mérito da questão, mas é importante citar o dia seguinte dessa ação do Senado.

O governo federal anunciou que, para compensar os R\$40.000.000.000,00 que estão sendo perdidos, pois o povo brasileiro está deixando de

contribuir, vai haver alguns cortes, por meio de emendas de parlamentares, Deputados Federais, no PAC da área de infra-estrutura. Certamente algumas estradas continuarão esburacadas, mas o que mais me preocupou foi o anúncio de que o governo não vai empreender o PAC na área da saúde. Participamos, eu e o Deputado Doutor Rinaldo, representando a Comissão de Saúde, com o Secretário Marcus Pestana, em Brasília, em meio a foguetórios, de uma grande reunião, quando o governo federal anunciou o PAC da saúde, com R\$24.000.000.000,00 para serem investidos em 2008, 2009 e 2010.

Depois do resultado da votação da CPMF no Senado, esse dinheiro simplesmente deixa de existir, como se o povo brasileiro não precisasse de nenhum programa de aceleração de crescimento na área da saúde. Então fico extremamente preocupado, porque estamos falando, só para Minas Gerais, caríssimos companheiros Deputados, de um corte de repasse, no ano que vem, em torno de R\$800.000.000,00. Esses recursos seriam aplicados exclusivamente na rede do SUS, para fortalecer esse sistema que está uma vergonha em nosso país.

No Nordeste brasileiro, podemos ver o retrato da saúde pública nos movimentos de greve que estão sendo desenvolvidos em Pernambuco, Alagoas e Ceará. Podemos ter a certeza de que esse mesmo movimento virá para Minas Gerais a partir do ano que vem, porque a saúde pública deste país é uma farsa. A saúde pública deste país assiste aos hospitais passando por verdadeiras dificuldades, vê o povo morrendo nas filas, sem assistência, sem direito a média e alta complexidade, e o governo federal anuncia, como represália aos Senadores, o corte de R\$800.000.000,00, a partir do ano que vem. Uma represália que deveria ser política, em cima do Senado, mas acaba sendo um ato covarde contra o povo, contra a saúde pública brasileira.

Preocupados com as repercussões negativas, nós, da Comissão de Saúde, liderada pelos companheiros Deputados Carlos Mosconi, Doutor Rinaldo, Hely Tarquínio, por mim e pelo Deputado Ruy Muniz, percorremos os gabinetes do Secretário de Saúde, do Vice-Governador e do Governador de Minas, em busca de socorro para a saúde pública de Minas Gerais, o qual provavelmente será anunciado amanhã, e, mais uma vez, parte dos cofres do Estado.

O Estado está complementando o PSF; não está deixando o hospitais serem quebrados, isso com o Pró-Hosp; está construindo 1.200 unidades de saúde nos Municípios mineiros e distribuindo veículos. Estamos vendo o que está acontecendo em Brasília e, infeliz, triste e covardemente, vemos essas medidas sendo anunciadas pelo governo federal. Espero, caros companheiros, que seja apenas uma emoção de momento, do calor das discussões.

No clímax das preocupações, espero que o governo possa recompor a saúde pública, os cofres públicos, porque o pobre, o coitado que precisa do SUS, aqueles que não têm plano de saúde e que não podem pagar tratamento médico nem remédio não têm culpa da briga do governo federal com o Senado.

O segundo assunto, Sr. Presidente, e peço vênia a V. Exa., é que ontem o Governador Aécio Neves anunciou algumas medidas para minorar os efeitos da longa estiagem no Norte de Minas, no Jequitinhonha e no Mucuri. Rapidamente, gostaria de citá-las para mostrar o espírito público e de companheiro do Governador Aécio Neves. Ele anuncia, Deputado Getúlio Neiva, a liberação de mais 5 mil caixas d'água para a captação das águas pluviais e já autorizou levá-las ao Norte e ao Nordeste de Minas. Autoriza o BDMG a abrir um crédito de R\$20.000.000,00, para disponibilizá-los aos pequenos produtores rurais - àquela pessoa que perdeu a safra, que está até o pescoço em dívida com os bancos federais e oficiais - e mais R\$20.000.000,00 para o crédito da indústria e do comércio, que não estão recebendo porque o povo não tem dinheiro para comprar. Isso recompará o crédito do comércio, principalmente dos pequenos comerciantes.

Autorizou a Ruralminas a adquirir uma patrulha mecanizada, ou várias patrulhas mecanizadas, para perfurar milhares de pequenas barragens, recompar a água do subsolo e ter condições de captar e armazenar a água, para matar a sede das criações. Será feito convênio com a Ruralminas e a Associação de Municípios da Área Mineira da Sudene, do Alto Jequitinhonha, do Mucuri, para a construção de milhares de barragens. Autorizou o crédito da Emater para adquirir sementes de feijão, milho, sorgo, para ajudar um pouco os pequenos produtores e adquirir equipamentos comunitários - isso é muito importante. E determinou que a Cemig - vejam a importância da determinação - estude tarifa diferenciada para poços artesanais comunitários. A Cemig não tem a sensibilidade de ter uma tarifa diferenciada para os poços comunitários, a água para matar a sede do povo - espero que tenha agora. E há redução de no mínimo 25% para os pequenos consumidores da região mineira da Sudene. Finalmente, a Cemig terá que equipar os poços artesanais. São milhares de poços sendo movidos a motobomba, a bomba a diesel, a óleo diesel. A Cemig terá que eletrificar esses poços artesanais.

Sr. Presidente, quero cumprimentar o Governador Aécio Neves por essa ação imediata, porque nos reunimos com o Sr. Lula - José Inácio, como diz o Mão Santa - e o dinheiro não chegou até agora. Foi determinada a abertura de crédito, e até agora ele não chegou. Então, o Governador está de parabéns por essas ações.

Espero que o governo federal também empreenda ações, porque estamos vivendo o dia seguinte da fortíssima seca pela qual passamos. No mais, um feliz Natal ao povo mineiro, se é que podemos ter um Natal feliz neste fim de ano, com tanta coisa ruim que tem acontecido. Um feliz Natal ao povo de Minas Gerais, e espero que 2008 seja um ano em que as autoridades desviem as suas vistas, os seus interesses para a população necessitada deste Estado e do País. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 26/12/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Deiró Marra

nomeando Marcos Vaz Alkmim para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Carlos Dias da Encarnação para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Net Belo Horizonte Ltda. Objeto: prestação de serviços de captação, instalação e distribuição de 200 pontos de sinais de TV por operadora de TV por assinatura. Objeto do Aditamento: primeira prorrogação com redução de preço. Vigência: 12 meses, a partir de 17/1/2008. Dotação orçamentária: 33903900.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação com o título em epígrafe verificada na edição de 8/1/2008, pág. 56, col. 3, onde se lê:

"Denis Luciano Sette", leia-se:

"Denys Luciano Sete".